

# Três cantineiros presos por especulação e açambarcamento

N.

2/  
1/82

A «Operação - Surpresa», levada a cabo pelo Comando da Polícia Popular de Moçambique, na capital do País na passada terça-feira, com vista a desalojar os comerciantes que pretendiam boicotar o processo de comercialização de produtos para a quadra festiva, levou ontem à detenção de mais sete pessoas, três das quais são comerciantes.

A operação foi organizada pelo Comando da Polícia Popular de Moçambique, em coordenação com as estruturas do GOAM e envolveu cerca de 75 agentes da PPM e brigadas de fiscalização do GOAM, que estiveram espalhadas em quase todas as lojas da cidade com vista a supervisionar o processo de comercialização dos produtos destinados à quadra festiva.

Neste trabalho vários comerciantes foram surpreendidos a vender bebidas como RUM, vinho e quinado a preços altamente especulativos. Outros escondiam produtos a fim de vender a amigos e familiares, em prejuízo das populações que diariamente acorriam às lojas a fim de se abastecerem para as festas.

Para além dos 21 comerciantes presos por açambarcamento e especulação que deram entrada na manhã de anteontem na Polícia de Investigação Criminal há ainda a acrescentar mais 7 pessoas, 3 das quais são comerciantes.

Assim Francisco Vasco Cossa foi ontem detido, por ter dito à população de que não tinha produtos para vender mas quando as brigadas de fiscalização entraram no armazém encontraram 10 garrafas de vinho, três de licor e outros artigos que o comerciante alegou que eram para o seu consumo. Por outro lado Alberto Badiano Nhan-tumbo foi detido por crime de especulação quando vendia bebidas a preços especulativos, chegando a custar uma garrafa de Gin 200,00 MT, cerveja 30,50 MT, Rum 216,00 MT. Destes comerciantes foram também detidos mais 3 pessoas por estarem envolvidas na venda de calendários a preços especulativos e venda de sal avulso por 10,00 MT o quilo.

De acordo com informações recolhidas junto à Polícia de Investigação Criminal os elementos implicados no boicote da comercialização dos produtos serão enviados a tribunal a fim de serem julgados pelos crimes praticados.